



## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO PARA O SUAS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PARANÁ

*PUBLIC POLICIES AND PERFORMANCE AT SUAS IN THE TRAINING OF  
PSYCHOLOGISTS IN PARANÁ*

Rafael Bianchi Silva<sup>1</sup>  
João Victor Begnini Simcic<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo objetiva investigar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das universidades públicas do Paraná, buscando identificar indicativos de movimento para a formação dos futuros profissionais para atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), adotando como balizador o tema "políticas públicas". A análise partiu de elementos presentes nas matrizes curriculares que se remetiam na referida política. Ainda que fosse observado a incidência de disciplinas que se propõem a debater as políticas públicas, tal movimento foi considerado demasiadamente baixo, o que nos leva a concluir a existência de marginalização dos temas investidos na formação do psicólogo.

**Palavras-chave:** Psicologia; políticas públicas; assistência social, currículo.

### Abstract

The article investigates the Pedagogical Course Project (PPP) of public universities of Paraná, seeking to identify indicative of movement for the formation of future professionals to work in the Unified Social Assistance System (SUAS) adopting the theme "public policies" as a guideline. The analysis started from elements present in the curricular matrices that referred to that policy. Even though the incidence of disciplines that intend to debate public policies was observed, such a movement was considered too low, which leads us to conclude the existence of marginalization of the themes invested in the training of the psychologist.

**Keywords:** Psychology; public policy; social assistance; curriculum.

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Brasil. E-mail: tibx211@yahoo.com.br, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1170-7920>

<sup>2</sup> Bolsista Iniciação Científica – CNPq (2019-2020). Aluno do curso de Psicologia da Universidade de Londrina (UEL), Londrina, Brasil. E-mail: jvbs118@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3155-6939>

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO PARA O SUAS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PARANÁ

Em 1988, assegurada pela Constituição Federal, a Assistência Social ganha caráter de política pública no Brasil. A partir desse momento, o sistema de seguridade social do Brasil passa a estar assentado em um tripé, formado pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social (Cordeiro, 2018). Apenas em 2005, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado como instrumento de gestão, promovendo a unificação das ações assistenciais, levando a atuação no campo da assistência social a nível nacional e assegurando a efetivação das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e materializando a proteção social proposta pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) promulgada no ano anterior. Nesse processo, a Assistência Social se consolida como política pública, sendo direito de todos os cidadãos, garantindo acesso à população em situação menos favorecida aos serviços de proteção socioassistenciais (Cruz, Rodrigues e Santos, 2014).

Conforme salientam Senra e Guzzo (2012, p. 295), a expansão do SUAS a nível nacional faz aumentar “[...] significativamente, o número de psicólogos inseridos no campo da Assistência Social no nível do Poder Público e das ONGs, na composição das equipes da rede socioassistencial”. Nesse contexto, a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas.

Com a inserção nesse espaço de atuação, “[...] as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem” (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007, p. 22). Ainda sobre essa questão, Morais, Fonseca e Gonçalves (2017, p.7) afirmam que, desta forma, “[...] a Psicologia nas Políticas Públicas contribui para o melhor atendimento e acolhimento dos sujeitos através da compreensão dos aspectos subjetivos inerentes aos fenômenos sociais, contribuindo também na formulação e elaboração de políticas públicas”.

A partir desses pontos, o SUAS se constitui para a Psicologia como espaço sócio-ocupacional para o desenvolvimento de práticas profissionais que exigem um posicionamento ético e político diante dos determinantes sociais da subjetividade. Senra e Guzzo (2012) destacam que há uma ampla gama de desafios a serem reconhecidos e enfrentados pelos psicólogos, afim de construir seu lugar nas políticas públicas. É possível verificar, por exemplo, que a Psicologia vem sendo utilizada como instrumento de uma estrutura social dominante, o que faz com que as práticas psicológicas estejam assentadas em saberes que focam em uma concepção de sujeito isolado do contexto social. A partir disso, ao inserir-se em campos como a política de Assistência Social, o psicólogo passa a ter a necessidade de repensar e instrumentalizar novamente o fazer psicológico.

Por sua vez, diversos estudos (como por exemplo os realizados por Ribeiro e Guzzo, 2014; Ximenes, Paula e Barros, 2000 & Yamamoto, 2007) apontaram que os profissionais de Psicologia ainda estão em um movimento de replicar os modelos de suas atuações tradicionais, mesmo estando inseridos no âmbito da Assistência Social. Portanto, o trabalho do psicólogo nesse cenário exige não apenas uma adequação das práticas, como também conhecimentos que encontram-se fora dos objetivos que a Psicologia tradicionalmente prioriza em seu campo de atuação e formação (Morais et al. 2017).

Em publicação sobre as referências técnicas para o exercício profissional para a área da Assistência Social, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS) indica alguns fatores que estiverem presentes na construção dos saberes psicológicos. Denuncia que “a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o(a) psicólogo(a) só faz Psicoterapia” (Conselho Federal de Psicologia / Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p. 20). Sobre o tema, Cruz (2009, p. 22) aponta que:

...a ampla maioria dos psicólogos faz atendimentos psicoterápicos de forma cotidiana e sistemática dentro da dinâmica de funcionamento dos CRAS. Admitem fazer psicoterapia com grupo, com família, com casal e, principalmente, individual. O que demarca o caráter, predominantemente clínico, de grande parte dos psicólogos que trabalha na área da assistência.

Para a construção do problema central desse artigo partiu-se de um duplo pressuposto que tem como cenário a diferença de acesso ao trabalho do profissional psicólogo, historicamente, fruto das desigualdades e exclusão social. Primeiro, o trabalho no campo da Assistência Social ainda é considerado um fenômeno recente e, segundo que houve durante muito tempo um afastamento por parte da Psicologia no que se refere às questões sociais.

Guareschi, Bennemann, Dhein, Reis e Machry (2010) a partir da análise dos programas das disciplinas dos currículos de seis cursos de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul, destacaram e discutiram os direcionamentos tomados pelas ementas, conteúdos e bibliografias adotando como balizadores os princípios e diretrizes presentes nas políticas de saúde do SUS de forma a mapear indicativos de movimento, observando as modificações nas propostas curriculares ao longo de um período de tempo, para formar profissionais para a atuar na referida política.

Seguindo essa proposta analítica, o presente estudo teve como objetivo investigar a formação do psicólogo nas universidades públicas do Paraná, buscando se os currículos exibem estes “indicativos de movimento”, entendidos como direcionamentos tomados pelas ementas ao longo dos anos, adotando como balizador o tema “políticas públicas”.

Assim, de forma paralela a pesquisa descrita acima, entendemos que a análise das disciplinas que abordem a temática das políticas públicas podem contribuir para a formação do profissional que futuramente atuará no contexto do SUAS. Nesse sentido, buscou-se analisar a maneira como essas determinadas disciplinas, foram sendo inseridas nos projetos de cursos e como remetem na formação do profissional que espera-se formar.

## A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: PRÁTICAS TRADICIONAIS E O SUAS

A partir do contexto indicado, é possível observar que há em uma grande quantidade dos cursos de Psicologia a presença de grades curriculares voltadas, hegemonicamente, para a formação do profissional clínico, tendo como o objetivo principal atender o indivíduo dentro de seu *setting* terapêutico tradicional (Morais et al., 2017) entendido como um modelo pautado hegemonicamente pela atuação em consultórios privados, de modo autônomo e isolado, com ênfase na condução de psicoterapia individual e avaliações psicodiagnósticas (Murta & Marinho, 2009). Entendemos que o fato de grande parte dos cursos dar prioridade quase que exclusiva para formação clínica, restringe o espaço da Psicologia para dialogar com as demandas sociais. Nesse sentido, Botomé (2010, p. 186), considera ser difícil “[...] com a formação acadêmica existente, que os atuais estudantes de psicologia percebam, analisem, conheçam, avaliem e proponham providências relacionadas aos fatos e dificuldades reais da população que constitui o país”.

De forma geral os cursos de graduação em Psicologia, ofertam uma formação que praticamente desconsidera a possibilidade de atuação no campo das políticas públicas. Nesse contexto, Benevides (2005, p. 21) aponta que é pouco encontrado no campo da Psicologia o:

... debate sobre modos de intervenção que se façam para além dos enquadres clássicos de uma clínica individual e privada, ou mesmo de uma psicologia social que mantém a separação entre os registros do individual e do social, tal como a ainda predominante em nossos cursos de formação.

Entendemos, como indicado por Reis e Cabreira (2013), que a formação acadêmica é essencial para a atuação e instrumentalização dos saberes do psicólogo. Porém, observamos que existem desafios quanto ao embasamento teórico e a preparação desse profissional para atuação no campo das políticas públicas e, em especial, no interesse desse artigo, na área da Assistência Social.

Tais elementos indicados acima geram impactos no que diz respeito ao campo específico da Assistência Social. Macedo, Alberto, Santos e Souza (2015, p.820) diagnosticaram que os psicólogos atuantes na política possuem práticas, “[...] pautadas em perspectivas teóricas que fundamentam análise individualizante e descontextualizada. Em detrimento de ações orientadas numa análise das relações políticas, éticas, econômicas, sociais e de poder das realidades com as quais trabalham, identificando a dimensão subjetiva dessas”.

A desigualdade social é uma problemática presente na sociedade Brasileira. Senra e Guzzo (2012, p. 294) salientam que a “[...] análise da realidade concreta de vida das pessoas, a partir de uma compreensão histórica e social de constituição dos indivíduos exige, no entanto, novos posicionamentos da Psicologia e do fazer psicológico (o sofrimento psíquico não é igual para todos - ricos e pobres)”.

Partindo desse contexto, cabe aos cursos de formação inicial e respectivas instituições ofertarem uma formação teórica e prática que possuam elementos e possibilidades para a consolidação da Psicologia em seu compromisso social. Andrade e Romagnoli (2010) constatam que a formação do psicólogo e a realidade brasileira encontram-se desvinculadas, visto que ainda temos um modelo de formação com ênfase para o atendimento às camadas sociais com grande poder aquisitivo. Assim, podemos afirmar que, na Psicologia, encontra-se um abismo entre o saber acadêmico, construído durante a graduação e a realidade do profissional no cotidiano, produzindo assim uma formação descontextualizada, que acaba por não contribuir para o processo de transformação social. Tal ponto se agrava visto que a “[...] formação oferecida aos psicólogos é basicamente constituída a partir da experiência de escolaridade de seus professores e pelas condições locais ou ambiente de vida dos mesmos” (Botomé, 2010, p. 185). Em vista dos cursos continuarem nessa lógica de reprodução das práticas tradicionais, marginalizando discussões que atravessem diretamente às políticas públicas, a responsabilidade de construir uma atuação coerente e contextualizada fica direcionada ao profissional. Diante desse panorama, sobre a inserção do psicólogo na Assistência Social, Ribeiro e Guzzo (2014, p. 93) apontam que:

... o grande desafio para o psicólogo no SUAS é desenvolver conhecimentos e práticas que promovam a mudança dentro de uma sociedade que favoreça ações de manutenção. Por isso, é preciso que se trabalhe também a conscientização da própria classe profissional desde a formação.

O currículo não se reduz a uma lista específica, ou uma grade de disciplinas, é um documento implementado no campo das relações de poder e na produção de cultura, ou seja, suas ideias produzem pessoas, modos de subjetivação, produzem identidade. Dentro dessa perspectiva, tendo em vista que as políticas públicas são uma área de atuação que desafiam o trabalho do Psicólogo, a formação não deve ser prescritiva, mas, dar condições para que

esses profissionais possam produzir saberes e práticas situados.

## METODOLOGIA

O método de investigação consistiu em realizar a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Psicologia das Instituições Educacionais Superiores Públicas (em nível federal e estadual) do estado do Paraná. A presente pesquisa foi realizada utilizando a totalidade dos documentos de modo a tratá-los como pertencentes a um mesmo universo de referências. Assim sendo, suas particularidades, ainda que reconhecidas, não foram colocadas em primeiro plano, mas sim analisadas enquanto marcas de um tempo histórico. Bloch (2002) afirma que este conceito não pode ser compreendido apenas como uma categoria de duração (ou seja, daquilo que passou) mas sim, está sujeito a um grau de continuidade e a outro de mutabilidade. Desse modo, continuidade e mudança se constroem no desenrolar da atividade humana, inclusive no tempo presente.

Partindo do conceito acima indicado, as concepções das quais permeiam um tempo histórico produzem um sujeito psicológico. Ideias materializam pessoas e pessoas materializam histórias. Assim sendo, entendemos que os PPC balizam as práticas de formação do psicólogo, materializam um modo de pensar, uma formação e produzem subjetividades.

Foram analisados os projetos pedagógicos de curso de Psicologia produzidos e colocados em funcionamento desde 2007, ano da publicação do primeiro documento-base intitulado “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFSS) para o debate acerca da atuação do psicólogo no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

No processo de análise dos documentos, foi elencado como critério principal de escolha de palavra-chave o termo “políticas públicas”. Levou-se em consideração também, os nomes das disciplinas e a carga horária correspondente, afim de observar nas matrizes curriculares como esses elementos aparecem e como se configuram nos PPC’S das instituições ao longo dos anos, se remetendo direta ou indiretamente às temáticas presentes na PNAS.

Enquanto universo de análise, foram consideradas as disciplinas do núcleo obrigatório e das ênfases dos PPC’S, pois, conforme previsto pela Resolução 005/11 do Conselho Nacional de Educação, que legisla atualmente sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Psicologia, a “[...] identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um núcleo comum de formação [...]” no qual “[...] estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia” (2011, p.3).

Por essa razão, as disciplinas optativas não foram analisadas pois, conforme indicado por Seixas et al (2013), elas apresentam características específicas como, por exemplo, não constar nos documentos de regulamentação do curso, serem ofertadas de modo intermitente ou mesmo sofrerem modificações sem a necessidade de alteração do projeto de curso.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de análise aconteceu em três etapas. Primeiramente, foi realizada a coleta dos dados, que teve início em agosto de 2019, nas páginas virtuais das quatro instituições estaduais de ensino que ofertam o curso de Psicologia. Como o objetivo do estudo era analisar a matriz curricular e as ementas relativa aos últimos 12 anos, esperava-se encontrar os PPCs das instituições com as versões atualizadas ao longo desse período de tempo.

No entanto, nem todas as instituições disponibilizavam esses documentos completos. Em parte expressiva das universidades investigadas, não se conseguiu acessar todas as informações almejadas nesta pesquisa. Esse fato não é novidade nas pesquisas que investigaram a formação dos psicólogos. Estudos como os de Barbosa (2014), Alves (2016) e Silva e Yamamoto (2013) também não tiveram acesso a totalidade dos documentos de análise, o que fez com que trabalhassem com o máximo de dados comuns obtidos dentro do universo de investigação, mesma direção adotada no âmbito desse trabalho. Mesmo com essas dificuldades, entende-se que foi possível acessar uma quantidade de informações satisfatória para a realização desta pesquisa.

Com os dados em mãos, em seguida, foi realizada a “leitura flutuante”, etapa da Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979). Sua função foi familiarizar-se com as informações coletadas, procurando significados relevantes para a pesquisa. Para isso, o material selecionado foi todo impresso, sendo escolhido os documentos que foram analisados ao longo do processo. Nessa fase, os dados foram submetidos à regra de exaustividade, que permitiu seguir com as demais etapas na busca da representatividade, homogeneidade e pertinência para a preparação do material. Na última etapa, a totalidade dos dados das quatro instituições (um total de 11 documentos) foram organizados em ordem cronológica, destacando as matrizes curriculares (que incluem título, ementa e a carga horária) que são os focos de análise desse estudo.

Na terceira etapa, foi realizada a busca de disciplinas. Os documentos foram analisados como se fossem de uma mesma instituição de forma a observar indicativos de movimento que apontassem para uma formação voltada para atuação nas políticas públicas e, em especial, na Assistência Social. Segue uma síntese das disciplinas encontradas, tabeladas e organizadas por PPC em ordem temporal.

Após a tabulação foram elaborados dois gráficos: um com a carga horária total das disciplinas e o outro com sua respectiva quantidade. Com os dados dispostos dessa forma, foi possível comparar o número de disciplinas obrigatórias do curso e sua carga horária.

Dentro do espectro de tempo pesquisado (no caso, 12 anos), constatou-se um total de 9 disciplinas. Como é possível ver nos gráficos, há presença de diversas oscilações correspondentes ao total de carga horária e número de disciplinas quando considerada a totalidade dos projetos de curso.

Foram observados diversos períodos de oscilação. O primeiro encontra-se entre os anos 2007-2009, com um total de 2 disciplinas e 98 horas. É necessário ressaltar que as oscilações de carga horária e quantidade de disciplinas estão presentes até mesmo dentro desses períodos. Inicialmente observou-se uma diminuição na quantidade de horas entre o PPC I - PPC II, porém, o mesmo não aconteceu com a quantidade de disciplinas, que permaneceu o mesmo.

Nota-se que o aumento do número de disciplinas não corresponde necessariamente ao aumento do total de horas. Com base nisso, fica evidente que somente a quantidade de disciplinas não é um dado suficiente para

compreender esse movimento ao longo dos anos, salientando novamente que a carga horária não acompanha diretamente o aumento ou queda do número de disciplinas.

No segundo período, abrangendo os PPC III, IV e V, não foi localizado nos documentos nenhuma disciplina que está dentro dos parâmetros propostos nessa pesquisa. Esse fato indica que entre os anos de 2009 – 2011 não houve preocupação por parte das instituições em abordarem essa temática nos PPC'S.

Depois da queda de abrupta de disciplinas que abordam a temática de políticas públicas, foi possível observar um aumento gradativo nos próximos PPC'S ao longo dos anos, no terceiro período de análise, De acordo com o gráfico, entre o PPC VI-PPC VIII os dados mostram a inserção de mais 3 disciplinas no total, uma em cada documento, com aumento de 8 horas no PPC VIII.

Dando início ao quarto período, entre os anos de 2017-2019, com 4 disciplinas e 231 horas, em relação a contagem disciplinas os PPC'S IX, X apresentam a mesma quantidade. Contudo, a carga horária que é marcada por um decréscimo entre o PPC VIII-PPC IX volta a sofrer um aumento considerável a partir do PPC X.

Conforme pode-se constatar, em função das oscilações presentes em ambos os gráficos, de forma geral, é pertinente dizer que não existe um movimento constante de acréscimo da inserção de disciplinas. Os documentos mostram, mesmo que minimamente, a preocupação da oferta de disciplinas no campo das políticas públicas não sendo, porém, constante. No último período, totalizando 4 disciplinas e 231 horas, verificou-se uma maior oferta por parte dos documentos em disponibilizar disciplinas que podem contribuir para a atuação do profissional no campo do SUAS.

Outro aspecto importante constatado nessa análise é o número baixo de disciplinas ofertadas em cada documento, sendo o PPC XI com a maior oferta de disciplinas, chegando a um total de apenas dois títulos, foi observado ainda, períodos que não ofertam nenhuma disciplina.

Por fim, a análise dos três períodos mostra que a quantidade de carga horária sofreu diversas oscilações consideráveis ao longo do tempo, ainda que a quantidade de disciplinas contabilizadas seja maior no terceiro período, não é possível considerar que os PPC's demonstrem uma preocupação considerável em disponibilizar suporte teórico/prático para a formação em políticas públicas.

Após a análise da relação carga horária/número de disciplinas partimos para os temas a serem tratados por estas. Para tanto, foram utilizados como fonte de dados, os títulos e ementas das disciplinas. Nesse contexto, o bloco temático estruturado contém informações das disciplinas que se propõem a discutir políticas públicas:

No que refere-se a disciplinas que mencionam os termos "SUAS" e/ou "assistência social" juntamente com "políticas públicas", foi localizado o total de dois títulos, pertencentes aos PPC'S VI, VII. Nesse sentido, observou-se na disciplina "Contribuições da Psicologia Social" (com carga horária de 60 h), a proposição de debate de temas como cidadania, direitos humanos, diversidade, além da atuação do psicólogo nos contextos de saúde pública e mental (SUS) e Assistência Social (SUAS).

Por sua vez, a disciplina de "Psicologia e Políticas Públicas" dispõe a promover diversas discussões sobre o processo de formação e administração das políticas públicas, a atuação e diretrizes para o profissional psicólogo na área de saúde e proteção social, além dos conceitos de redes e coletivos. A partir do que é expresso pelos diferentes documentos que embasam o trabalho na Assistência Social, consideramos que tal proposta de disciplinas traz temas pertinentes para a formação para atuação na referida política pública. Observa-se, porém, que trata-se de uma

exceção no universo de disciplinas propostas pelos projetos de cursos.

De acordo com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2007, p. 25), por exemplo, um dos princípios que devem orientar a prática do psicólogo no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é desenvolver uma atuação que esteja “[...] em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e da Proteção Social Básica (PSB), cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos [...]”.

Em outro documento, conforme indicado o Conselho Federal de Psicologia/ Conselho Federal de Serviço Social, afirma que o trabalho desse profissional “[...] requer interface com as políticas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança e habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais” (2007, p. 38). Como é possível observar, em ambos as passagens uma preocupação em indicar, ao profissional da Psicologia, uma atuação implicada tanto com a defesa de direitos quanto com a luta pela consolidação das políticas públicas como campo onde a produção da cidadania se materializa.

Quanto a outras disciplinas desse universo de investigação, novamente tem-se a incidência de uma disciplina intitulada “Psicologia e Políticas Públicas” no PPC XI, porém a descrição de sua ementa sofre alterações. Entre os conteúdos previstos encontra-se a necessidade de abordar os aspectos conceituais, históricos e contemporâneos das políticas públicas brasileiras, seu processo de formulação, implementação, avaliação e a atuação do psicólogo. Porém, não específica, como na outra de disciplina do PPC VII, a quais áreas das Políticas Públicas pretende-se apresentar.

A maior parte das disciplinas desse bloco temático privilegiam os temas que permeiam as Políticas Públicas de Saúde. Entre elas encontram-se os títulos: “Psicologia e Saúde Pública” (PPC I, VIII, IX); “Psicologia e Saúde I” (PPC II); “Psicologia e Saúde I: Saúde Mental” (PPC, X); “Saúde Mental e Saúde Coletiva” (XI). De modo geral, as ementas contam com discussões sobre a inserção da Psicologia no contexto público de saúde, o debate sobre a saúde pública e áreas de aplicação, histórico e análise crítica da saúde mental no Brasil, além do funcionamento, organização, princípios e diretrizes do SUS e temas mais amplos como o trabalho em equipe multiprofissional.

Embora não falem especificamente do SUAS, é necessário reconhecer que essas disciplinas apresentam temas pertinentes para a formação do psicólogo quanto a atuação na política. A nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do SUAS, publicada pela Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2016 aponta que para a realização de uma atuação qualificada o psicólogo deve reconhecer a “[...] rede de serviços e programas setoriais, tais como a rede socioassistencial, aqueles voltados para a habilitação e reabilitação na rede de saúde e outros” (p.16). Ainda sobre essa questão, o mesmo documento é claro ao afirmar que a “[...] atuação do psicólogo e da psicóloga no SUAS requer posturas profissionais éticas, técnicas e ações interdisciplinares [...]” (p. 16) visto que as equipes de referência do SUAS são multiprofissionais, compostas por profissionais com diferentes tipos e níveis de formação.

Face ao exposto, pode-se concluir que a inserção da Psicologia nas políticas públicas, principalmente na rede do SUAS, efetivam o compromisso social da profissão, que segundo Yamamoto (2007, p. 36) apresenta como desafio, “[...] ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais [...]”, fato esse, que implica na necessidade de construir formas de atuação, direcionadas a uma ética voltada para a emancipação humana.

Diante do que foi analisado, em síntese, observou-se a existência de apenas 9 disciplinas (517 horas) inseridas ao longo dos anos que pretendem discutir Políticas Públicas, das quais apenas 90 horas são destinadas a dois títulos que deixam explícitos em suas ementas a discussão no cenário da Assistência Social. Isso demonstra, pouca preocupação por parte dos cursos de Psicologia no estado do Paraná em oferecer, na formação inicial, disciplinas que se propõem a discutir políticas públicas como debate independente e específico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo de investigar se os currículos dos cursos de Psicologia das instituições de ensino públicas do Paraná exibem indicativos de movimento para a atuação no contexto do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), foi possível observar a inserção de disciplinas, dentro dos projetos pedagógicos de curso, que se propõem a debater a questão das políticas públicas, considerada como elemento base para a formação para tal contexto. Porém, tal movimento encontrado ao longo dos anos é demasiadamente pequeno (se considerarmos as variações positivas, ou seja, que apontam para uma ampliação).

Em um segundo plano de análise é necessário ressaltar que o mesmo não acontece se tomarmos como elemento as oscilações na carga horária. O fato do número de disciplinas em alguns momentos corresponder a 0 e que, para além disso, das 9 disciplinas encontradas somente 2 mencionam diretamente a discussão de políticas públicas no âmbito do SUAS (algo que é excluído dos documentos em um segundo tempo), nos apontam a impossibilidade de afirmar que os documentos exibem tal indicativo de movimento. Encontramos, desse modo, a materialização vacilante de uma aproximação do campo das políticas públicas.

Como a presente pesquisa foi realizada utilizando a totalidade dos documentos de modo a tratá-los como pertencentes a um mesmo universo de referências, colocando suas particularidades em segundo plano e os entendendo enquanto marcas de um tempo histórico, seria interessante e relevante analisar as instituições de ensino separadamente, abrangendo mais suas particularidades, afim de compreender mais profundamente, por exemplo, o processo de formação de cada uma e a modo como se aproximam e atendem através da proposta formativa a demandas específicas em nível regional e local.

Observou-se, nesse estudo, o que a literatura já apontava anteriormente sobre a formação do psicólogo no Brasil, ou seja, a marginalização das discussões sobre políticas públicas, principalmente sobre a Política Nacional de Assistência Social, sendo esta pouco ou nada contemplada nos PPC dos cursos de Psicologia. Dentro desse cenário, não é possível esperar uma atuação coerente com a realidade social dentro do serviço no SUAS, afastando cada vez mais a Psicologia de seu compromisso ético e social.

## REFERÊNCIAS

Alves, R. dos S. L. (2016). *A (a)normalidade como discurso a partir da análise das disciplinas de Psicologia nos cursos de Pedagogia das universidades públicas do Paraná*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, PR). Recuperado de <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5680>

- Andrade, L. F. & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619. doi: 10.1590/S1414-98932010000300012
- Barbosa, A. H. (2014). *O tempo e o espaço da administração educacional na formação do pedagogo: um mapeamento a partir dos projetos político-pedagógicos de universidades públicas* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, S.P.) Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110462>
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes.
- Benevides, Regina. (2005). A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 21-25. doi: 10.1590/S0102-71822005000200004
- Bloch, Marc. (2002). *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? Em Yamamoto, O. H.; Costa, A. L. F. (Eds), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 69-202). Natal, RN: EDUFRRN.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2007). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008). Disponível em:  
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>
- Cordeiro, M. P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. Em Cordeiro, M. P.; Svartman, Bernardo; Souza, L. V (orgs). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 63-80). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS). 2016. Recuperado de  
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Serviço Social. (2007). Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Recuperado de  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>
- Cruz, J. M. de O. (2009). Práticas psicológicas em centro de referência da assistência social. *Psicologia em Foco*, 2 (1), 11-27. Recuperado de <http://citeserx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.843.8765&rep=rep1&type=pdf>

- Cruz, L. R.; Rodrigues, Luciana; Santos, N. L. (2014, Maio). Políticas públicas de assistência social: o que dizem as psicólogas? *XVI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, UNISC, Santa Cruz do Sul. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11837/1666>.
- Guareschi, N. M F., Bennemann, T., Dhein, C. G., Reis, C., & Machry, D. S. (2010). Currículo de Psicologia, A Psicologia Social e a Formação para a Saúde Coletiva. *Psicologia e Saúde*, 2(2), 1-11. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/277200001\\_Curriculo\\_de\\_Psicologia\\_A\\_Psicologia\\_Social\\_e\\_a\\_Formacao\\_para\\_a\\_Saude\\_Coletiva](https://www.researchgate.net/publication/277200001_Curriculo_de_Psicologia_A_Psicologia_Social_e_a_Formacao_para_a_Saude_Coletiva)
- Macêdo, O. J. V., Alberto, M. de F. P., Santos, D. P. dos., Souza, G. P. de., & Oliveira, V. S. de. (2015). Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 809-823. doi: 10.1590/1982-3703001632013
- Morais, J. B. T. Fonseca, H. R. R., & Gonçalves, N. P. C. (2017, Agosto). Atuação do psicólogo no sistema único de assistência social. *VIII Jornada internacional políticas públicas*, UFMA, São Luís. Recuperado de <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/atuacaodopsicologonosistemaunicodaassistenciasocial.pdf>
- Murta, S. G., & Marinho, T. P. C. (2009). A Clínica Ampliada e as Políticas de Assistência Social: uma Experiência com Adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. *Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*, 1(1), 58-72. Recuperado de <http://www.crp09.org.br/portal/images/links/repispp/v1n1a4.pdf>
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 54-65. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000500007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500007&lng=en&nrm=iso)
- Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 005. (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de Professores em psicologia. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192)
- Ribeiro, M. E., & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), São João del-Rei, 083-096. Recuperado de [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/837](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837)
- Seixas, P. S., Coelho-Lima, F., Silva, S. G., & Yamamoto, O. H. (2013). Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), 113-122. doi: 10.1590/S1413-85572013000100012

- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. doi: 10.1590/S0102-71822012000200006
- Silva, C. A., & Yamamoto, O. H. (2013). As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33(4), 824-839. doi: 10.1590/S1414-98932013000400005
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C. de., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(4), 686-699. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&tlng=pt).
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. doi: 10.1590/S0102-71822007000100005

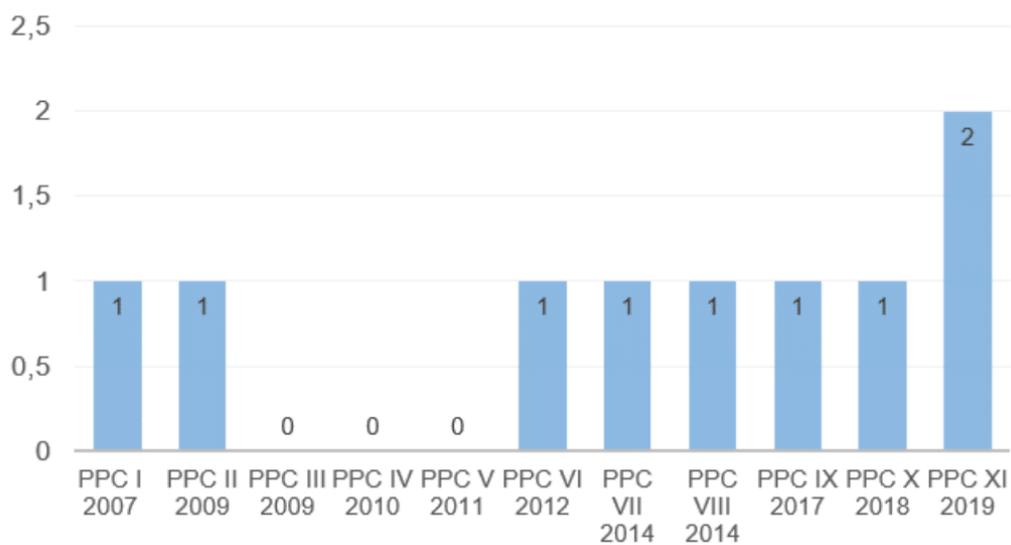
## Lista de Anexos

Tabela 1

PPC	Quantidade de Disciplinas	Carga Horária Total	Ano
I	1	68 h	2007
II	1	30 h	2009
III	-	-	2009
IV	-	-	2010
V	-	-	2011
VI	1	60 h	2012
VII	1	60 h	2014
VIII	1	68 h	2014
IX	1	51 h	2017
X	1	60 h	2018
XI	2	120 h	2019

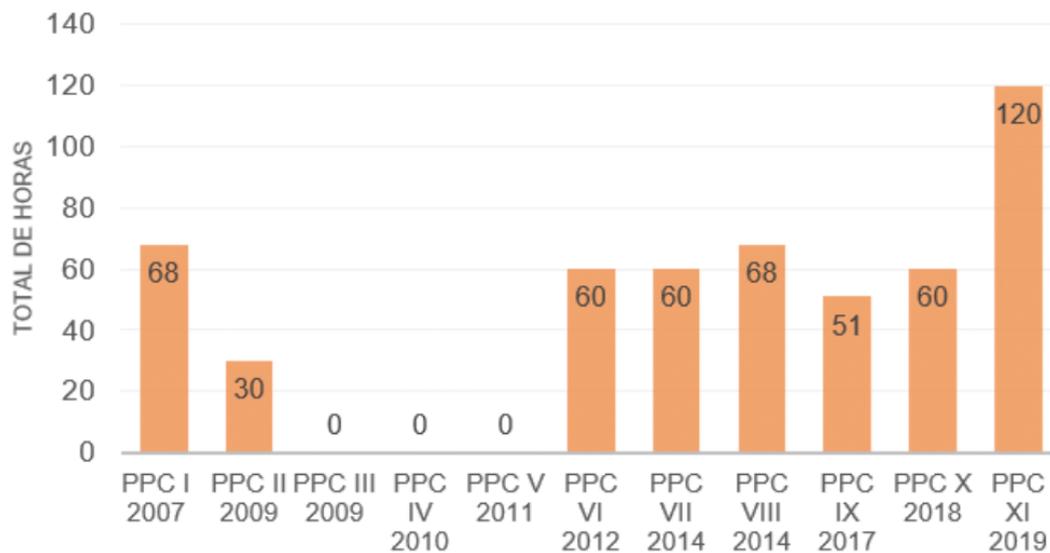
Fonte: Autores

Figura 1



Fonte: Autores

Figura 2



Fonte: Autores

Tabela 2

TÍTULO	PPC	CARGA HORÁRIA
Psicologia e Saúde Pública	I	68 h
Psicologia e Saúde I	II	30 h
Contribuições da Psicologia Social	VI	60 h
Psicologia e Políticas Públicas	VII	60 h
Psicologia e Saúde Pública	VIII	68 h
Psicologia e Saúde Pública	IX	51 h
Psicologia e Saúde I: Saúde Mental	X	60 h
Psicologia e Políticas Públicas	XI	60 h
Saúde Mental e Saúde Coletiva	XI	60 h
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>		<b>517 h</b>

Fonte: Autores